

## TEORIAS NÃO-REPRESENTACIONAIS E GEOGRAFIA: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

*Non-representational theories and geography: reflections and perspectives*

Leonardo Luiz Silveira da Silva<sup>1</sup>

Alfredo Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo em questão discute os impactos das teorias não-representacionais para o pensamento geográfico. Os pressupostos desta corrente apresentam-se como uma extensão à crítica ao (neo)positivismo ao mesmo tempo em que se mostram reativos a crítica quanto a suposta esterilidade social da fenomenologia. Apropriando-se de um vocabulário que inclui conceitos-chave como afeto, performance, assemblages e affordances, as teorias não-representacionais consideram as redes de relações entre atores humanos e não-humanos, tendo como consequência desta consideração a perspectiva do espaço relativo. As distorções do espaço, que são produtos da posição relativa das individualidades em meio às relações afetivas, possuem consequências óbvias na leitura da paisagem e do lugar, o que nos convida a pensar geograficamente sobre bases heterodoxas de pensamento.

**Palavras-Chave:** Afeto. Assemblages. Espaço Relativo.

### ABSTRACT

In this article we discuss the impacts of non-representational theories on geographic thought. The presuppositions of this current are presented as an extension to the critique of (neo)positivist thought and, at the same time, they are reactive to criticism regarding the supposed social sterility of phenomenology. Appropriating a vocabulary that includes key concepts such as affect, performance, assemblages and affordances, non-representational theories consider the networks of relationships between human and non-human actors, which lead to the perspective of relative space. Distortions of space – seen as products of the relative position of individualities in the midst of affective relationships - have a strong influence on the reading of landscape and place, which invites us to think geographically about heterodox bases of thought.

**Keywords:** Affection. Assemblages. Relative Space.

<sup>1</sup> Professor EBTT do IFNMG – Campus Salinas. leoluizbh@hotmail.com.

✉ R Rodovia MG 404, km 2, zona rural, Salinas-MG, cep 39560.000.

<sup>2</sup> Professor EBTT do IFRS – Campus Caxias do Sul. alfredo.costa@caxias.ifrs.edu.br.

✉ Rua Avelino Antônio de Souza, 1730 - Nossa Sra. de Fátima, Caxias do Sul-RS, 95043.700.

## INTRODUÇÃO

O Romantismo desafiou a racionalidade da modernidade, inspirando valores intersubjetivos e emocionais. Em uma reação racionalismo que marcou profundamente a era do Iluminismo, os pintores românticos eram influenciados pelas emoções em detrimento dos princípios que compunham o cânone científico (ALLEN, 1992). Era uma preocupação central do Romantismo a abordagem de um grande espectro de emoções reativas aos aspectos visíveis da paisagem, incluindo nestes aqueles não-humanos (ROSE, 2012). De partida, reforçamos assim o fato de se constituir postura panglossiana crer na possibilidade de definição de um escopo minuciosamente tangível das abordagens românticas; estas não são passíveis de serem contidas no âmbito do rígido método científico que caracterizava o *zeitgeist* da institucionalização acadêmica da geografia, localizado no tempo em meados do século XIX. A busca pela geografia romântica (TUAN, 2013) – como bem nos aponta Marandola Jr. (2017) – visa justamente romper com o racionalismo exacerbado que se tornou hegemônico em parte importante do período pós-iluminista e, *pari passu* a este rompimento, suavizar a busca cega pela objetividade científica<sup>1</sup> e as externalidades advindas dos seus vícios.

O questionamento de princípios modernos se apresentou ora de forma esporádica, ora massiva, de tal forma que não é possível aludir, nesse caso, a uma utópica linearidade filosófica. Além das idas e vindas destes questionamentos, temos o fato de grandes obras terem sido reconhecidas por um grupo importante de intelectuais somente em um período considerável após suas publicações. No campo da

1 Jeff Malpas (1992) argumenta que a construção de “verdades” como um caminho para a compreensão do mundo é um alicerce da modernidade. Malpas (1992) esclarece que o rompimento com a modernidade não rejeita a noção de verdade em si, mas a perspectiva de uma verdade realista ou objetiva.

geografia, um dos notáveis exemplos é o longo período de obliteração da obra de Eric Dardel (2011), publicada em 1952.

A geografia – enquanto jovem disciplina acadêmica oitocentista – expressou o positivismo em sua aurora. Fala-se na década de 1950 em resgate do positivismo, identificado a partir da alcunha marcada pela inclusão do prefixo “neo” (HARVEY, 1986; JOHNSTON, 1986; CAPEL, 2013). Durante esta trajetória que vai do nascimento da geografia acadêmica aos anos 1950, certamente, diversas abordagens desafiaram as formas dominantes de elaborar a ciência, tanto no seio da própria geografia quanto em suas áreas adjacentes. Para alguns, trata-se de uma missão de resgate da subjetividade humana em um campo em que o objetivismo científico se tornou dominante (BUTTNER, 1990). Somente para enumerar um exemplo notório, destacamos aprioristicamente Martin Heidegger e o conceito de *dasein*: o ser-aí, *being there*, *être-là*, que vincula a existência à espacialidade<sup>2</sup>, oferecendo-nos um quadro alternativo ao trato ontológico do lugar, paisagem e espaço.

É objetivo deste artigo apresentar as teorias não representacionais (TNR) e discutir o seu impacto para a leitura do espaço. Para tanto, iremos problematizar um conjunto de abordagens que – assim como a geografia humanista – rompem com concepções exclusivamente positivistas e nos conferem um horizonte amplo de possibilidades para a análise geográfica: as teorias não-representacionais. No mundo anglófono, o debate não-representacional tem se desenvolvido desde meados da década de 1990, com as contribuições seminais de Nigel Thrift. O debate em tela tem origem na insatisfação frente

2 O conceito de *dasein* nos remete a ideia sobre a indissociável abordagem ser-espaço; isto não impediu a crítica do filósofo japonês Watsuji, que tem como um dos seus reconhecidos intérpretes Augustin Berque. Watsuji acredita que o espaço na abordagem de Heidegger é menos protagonista do que deveria ser (BERQUE, 1996). Berque salienta que “a concepção heideggeriana de espaço consiste na subordinação da espacialidade a favor da temporalidade”, e que o “*dasein* é sem dúvida espacial, mas antes de tudo temporal” (BERQUE, 1996, p. 375).

às abordagens meramente representacionais. Com efeito, as TNR rejeitam as leituras estritamente materiais do espaço, apresentando congruência com a chamada a nova geografia cultural neste aspecto particular.

Partindo de concepções fundadas na interdisciplinaridade da geografia frente a outras áreas das humanidades – com ênfase na filosofia –, as teorias não-representacionais têm como pressuposto a concepção do corpo e espaço como indissociáveis. Inegavelmente, as TNR bebem em fontes diversas, dentre as quais a teoria ator-rede desenvolvida nos anos 1980. Contudo, exhibe suas próprias particularidades, tal como uma concepção distinta em relação à consideração do equilíbrio do peso das agências humana e não-humana nos processos inter-relacionais. Apesar de certas abordagens na filosofia e na própria geografia de Augustin Berque apresentarem congruência com suas concepções, as teorias não-representacionais possuem o mérito de se apropriar de um vocabulário particular que inclui conceitos como *afeto*, *assemblages*, *performance* e *affordances*<sup>3</sup>. Tais conceitos nos auxiliam a refletir sobre os seus pressupostos, que transcendem matéria e representação. Nesse sentido, a abordagem em questão nos permite elaborar uma perspectiva distinta sobre o espaço, que reúne potencialidades e desafios metodológicos.

### ENSAIOS GEO-ROMÂNTICOS

Batizaremos de ensaios românticos as tentativas de subversão da ordem científica ligada à racionalidade moderna. O caráter de “ensaio” é apropriado por não se constituírem – pelo menos no contexto

<sup>3</sup> Preferimos manter os termos no original em inglês, já que a abordagem das TNR na língua portuguesa não é bem consolidada. Esta é uma estratégia para evitar estranhamentos futuros quanto às nossas traduções, já que nem sempre a literalidade é a opção mais sensata.

temporal em que foram edificados – como correntes científicas; *au contraire*, os ensaios românticos apresentar-se-iam como ilhas do vasto mar da monotonia metodológica positivista. Carl Sauer, por exemplo, é comumente apresentado como um nome que promove rupturas paradigmáticas com a lógica positivista e quantitativista. A obra mais referenciada de Carl Sauer é “A Morfologia da Paisagem” (SAUER, 2008), originalmente publicada em 1925. Frente às abordagens que o antecederam, os escritos de Sauer são considerados mais avançados do ponto de vista interpretativo (STRACHULSKI, 2015). Sauer mostrou-se cético quanto à validade da aplicação extensiva da quantificação como ferramenta de compreensão do espaço (MAY, 2011). A partir da produção saueriana, a rejeição ao determinismo simplista foi um elemento importante e constituinte da relação entre o ser humano e o seu espaço, mais precisamente, a paisagem, que é por ele construída e reconstruída em habitat (SASAKI, 2010, p. 116). Estes são fundamentos importantes para vermos a abordagem de Sauer como um exemplo de rompimento com o *mainstream* geográfico que se edificou no século XIX.

Apesar disto, a abordagem de Sauer é tida por alguns como conservadora e direcionada à investigação do modo de vida rural (MUIR, 1998; CORRÊA, 2020), o que ajuda a explicar a crescente oposição aos seus fundamentos à medida que o mundo se urbaniza. Há de se destacar que é comumente criticado o excessivo foco de Sauer na produção de artefatos, o que reforçaria a preocupação com dados materiais, fato que é amplamente destacado por outros autores (JACKSON, 1989; DUNCAN, 1993; DEMERITT, 1994; CLAVAL, 2001; STRACHULSKI, 2015). Chama a atenção na obra “A Morfologia da Paisagem” a utilização da expressão “a perspectiva fenomenológica da ciência”, cujo significado da palavra “fenomenológica” utilizada por Sauer precisa ser entendida dentro do

contexto de sua obra. Não se trata do sentido da fenomenologia trazida por Husserl e Heidegger, sendo mais indicado “tratar o significado da raiz desse termo simplesmente como fenômenos experimentados ou aparências” (PENN; LUKERMANN, 2011, p. 140). Sobre esta questão, Gomes (2011) preferiu dizer que Sauer não utilizou aquela expressão para manifestar qualquer engajamento com esta corrente filosófica. O autor argumenta que “esta expressão parece querer simplesmente significar, no discurso de Sauer, a importância que ele dava aos aspectos de ordem cultural no estudo das paisagens” (GOMES, 2011, p. 326).

Craig S. Campbell (1994) acrescenta no rol dos pioneiros do humanismo em geografia Richard Hartshorne. Em um artigo que defende essa posição, lembra que Hartshorne (1978)<sup>4</sup> endossa a imaterialidade das regiões, à medida que elas não passariam de construções arbitrárias, posição à *posteriori* defendida por muitos (WILCOCK, 1954; HEATWOLE, 1978; BALE, 1983; AGNEW, 1999, 2013; WISHART, 2004; SILVA; COSTA, 2020). Ao mesmo tempo, Campbell argumenta que Hartshorne advogou pelo uso acadêmico da imaterialidade, à medida que julgava que os fenômenos imateriais são tão objetivos quanto os materiais<sup>5</sup>. Em uma conhecida passagem, Hartshorne dizia que o aumento do roubo aos bancos e da depressão entre fazendeiros durante o período de seca é um dado tão objetivo quanto a medida das polegadas de chuva que mensuram a intensidade da seca. Apesar de alguns argumentos de Campbell serem coerentes e baseados nas obras mais famosas de Hartshorne, não temos o mesmo conforto de colocá-lo ao lado das abordagens dos

<sup>4</sup> A obra de Hartshorne foi originalmente publicada em sua primeira edição em 1939.

<sup>5</sup> Derek Gregory (1976) prefere dizer que a constituição intersubjetiva do mundo social não pode ser desacreditada por não ser compatível em relação às formas tradicionais da ciência. Para aprofundar o embate entre a materialidade e a imaterialidade no interior da perspectiva geográfica, ver Silva (2020).

humanistas, já que em sua obra não há o mesmo aprofundamento na temática em questão como ocorre na geosofia de Wright (2014) ou na geograficidade de Dardel (2011). Todavia, é de se destacar que o pensamento regional de Hartshorne o conduz ao debate com Fred Schaefer (1953), em um resgate da dicotomia idiográfico-nomotética que amadurece o terreno para as contestações do neopositivismo aplicado à geografia. Afinal, como argumenta Derek Gregory (1976), a constituição intersubjetiva do mundo social não pode ser desacreditada por não ser compatível em relação às formas tradicionais da ciência.

A *terrae incognitae* de John K. Wright (2014) não escapa do crivo da subjetividade. Wright discursou sobre a terra incógnita em 1946, produzindo uma narrativa ímpar em seu contexto temporal. A expressão que cunhou – que se refere às porções do espaço que são desconhecidas – manifesta-se de forma diferente a partir de visões comunitárias e/ou individuais, pois é sensível à perspectiva da experiência. Isto significa dizer que a cognoscibilidade é subjetiva. Argumenta o autor:

De fato, se olharmos de suficientemente perto – toda a Terra parece uma imensa colcha de retalhos de mini *terrae incognitae*. Mesmo que uma área seja minuciosamente mapeada e estudada por um exército de micro geógrafos, muito sobre sua geografia sempre permaneceria desconhecida e, deste modo, se hoje não há terra incógnita em sentido absoluto, não há também terra absolutamente cónita (WRIGHT, 2014, p. 7).

Negou, em seu contexto, a possibilidade de existir a terra absolutamente cónita. Ainda que consideremos os prodígios do sensoriamento remoto e das novas técnicas/tecnologias cartográficas, ainda faz sentido pensar em terras incógnitas. As imagens, disponíveis sobre parte extensa da superfície terrestre, não cobrem toda a dimensão das sensações associadas ao vivenciar.

Visualizar imagens significa dimensionar expectativas, mas, por outro lado, não significa vivenciar ou conhecer, verbos que demandam uma pluralidade de sensações que compõem a experiência. Essa é uma das razões pela qual reflexões como a de Wright não caducam, sendo oferecidas a nós como matéria-prima para a hermenêutica.

Eric Dardel (2011) também promove aquilo que chamamos de ensaio geo-romântico ao se pronunciar sobre as relações entre o homem e o espaço. A chamada *geographie de plein vent* – expressão originalmente ligada a Lucien Febvre – foi problematizada na obra “O homem e a Terra”; a expressão alude ao ímpeto humano de explorar espaços desconhecidos, ampliando sua experiência espacial. É na dimensão da palavra geograficidade que são expressas as relações emocionais que os indivíduos estabelecem com o espaço geográfico. O termo alude às ligações existenciais do ser com a Terra (DARDEL, 2011), em uma abordagem que claramente rompe com o objetivismo científico.

Como foi dito, os ensaios geo-românticos se manifestaram de forma esporádica nos últimos 200 anos, não sendo organizados em torno de uma corrente de pensamento, ainda que algumas obras tenham tido certa relevância ainda ao seu tempo. Todavia, parece ter sido necessário à geografia embriagar-se do objetivismo neopositivista do período pós-guerra para que a insatisfação em torno da hegemonia quantitativista fosse canalizada em campos sistemáticos de estudo, dentre eles, a geografia humanista.

#### ALTERNATIVAS SISTEMÁTICAS AO (NEO)POSITIVISMO NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Os anos 1950 e início dos anos 1960 foram marcados pela hegemonia do neopositivismo na geografia (HARTSHORNE, 1978; HARVEY, 1979; SACK, 1972, 1974; SMITH, 1979; JOHNSTON, 1986;

CAPEL, 2013). Em uma perspectiva interdisciplinar, a virada cultural (*cultural turn*) estabeleceu-se como um contexto intelectual de questionamento da perspectiva neopositivista (COSGROVE, 1978; MIKESELL, 1978; MEINIG, 1983; HOLZER, 1997; VALENTINE, 2001; PEDROSA, 2016) com impactos notáveis para a geografia (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011). No contexto da virada cultural, o apelo humanista cresceu como uma reação ao neopositivismo e àquilo que foi percebido como excesso de quantificação na geografia (ENTRIKIN, 1976). A oposição ao determinismo, ao economicismo e o aumento de publicações que aboliram as intencionalidades humanas compuseram o terreno fértil que sustentou a construção da abordagem humanista (LEY, 1981). Eduardo Marandola Jr. (2005a) reforça essa posição ao salientar que o humanismo em geografia é uma postura, que deve transcender as orientações teórico-metodológicas internas da ciência geográfica. No interior desta lógica, o resgate da subjetividade humana para um campo em que o objetivismo científico se tornou dominante é encarado como uma missão (BUTTIMER, 1990).

Apesar da grande relevância do humanismo, há de se apontar uma plethora de correntes de pensamento – interdisciplinares ou genuinamente geográficas – que floresceram no ambiente crítico ao neopositivismo. Nota-se que o período compreendido nas décadas de 1960 e 1980 foi marcado por uma grande efervescência epistemológica. Além do humanismo, destacamos que o desconstrucionismo, o existencialismo, o pós-colonialismo e o idealismo são exemplos de correntes de pensamento que – a despeito de suas congruências<sup>6</sup> e distintas temporalidades –

<sup>6</sup> As origens da geografia humanista e dos seus pilares fundadores ajudam a explicar a composição de uma corrente de pensamento de forte base interdisciplinar. É notável, por exemplo, a interface da geografia humanista com a arquitetura: David Seamon e Werther Holzer lecionam ou já lecionaram disciplinas do departamento em questão, visto que o tema da aprazibilidade ambiental é cara para as formulações arquitetôni-

foram evocados como alternativas à abordagem neopositivista que, por sua vez, se manifesta com mais propriedade em âmbito geográfico na geografia teórico-quantitativa.

Como elaborou Denis Cosgrove (1990), é importante considerar que o colapso dos limites tradicionais das disciplinas e subdisciplinas propagandeado por teses desconstrucionistas irão irremediavelmente encorajar a proliferação da diversidade teórico-metodológica. Afinal, este é um processo que nubla os limites dos seus escopos e aumenta a projeção da sombra de suas congruências. É comum que as categorizações – incluindo as correntes de pensamento – enfrentem importantes tensões entre suas dimensões arbitrárias e as distintas percepções que impulsionam estranhamentos acerca das suas constituições. Por isso não consideramos que as correntes de pensamento, incluindo neste rol as teorias não-representacionais, devam ser vistas como entidades tangíveis dotadas de claros limites em seu escopo. Apesar desta importante observação, é notável o fato de que parcela importante das correntes que insurgiram diante da hegemonia quantitativista da geografia compartilha do pressuposto da indissociabilidade entre mente e matéria. Parcela importante da crítica dos autores identificados com pressupostos antipositivistas criticam fortemente o apego frente à dimensão exclusivamente material da leitura do espaço. Esta concepção traz impactos notáveis para a leitura do espaço geográfico.

Para Cosgrove (1983), toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica. Em 1978, Denis Cosgrove já abordava as dialéticas que envolvem o homem e o ambiente, a materialidade e a imaterialidade, ao dizer que “as ideias humanas moldam a

---

cas. Esta trajetória congruente da geografia e da arquitetura ficou muito clara na redação do memorial de Holzer (2020) visando a sua progressão para a classe de professor titular. Sabe-se também dos empréstimos filosóficos e sociológicos que dão suporte à reflexão humanista na geografia.

paisagem, as intenções humanas criam e mantêm lugares, mas a nossa experiência no espaço e no lugar propriamente molda as ideias humanas” (COSGROVE, 1978, p. 66), e ainda salienta: “a racionalidade dialética requer que a mente e a matéria sejam vistas em interação uma com a outra” (COSGROVE, 1978, p. 70). Já Tim Ingold anuncia: “eu rejeito a divisão entre mundo interior e exterior – e respectivamente entre mente e matéria, significado e substância” e ainda salienta: “e por intermédio da vida na paisagem, ela se torna parte de nós, assim como nós nos tornamos parte dela” (INGOLD, 1993, p. 154). Por sua vez, Augustin Berque argumenta que a objetividade e a subjetividade, assim como matéria e ideias, são extensões de um mesmo fenômeno, sendo sua dicotomia, *stricto sensu*, falaciosa. De certa forma os “geogramas” (BERQUE, 2012) apresentam-se periféricos ao seu pensamento, que tem no conceito de **trajeção** (BERQUE, 2017) uma síntese mais contundente:

A **trajeção**, por sua vez, é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o humano para, indefinidamente, humanizá-lo de volta e assim por diante (BERQUE, 2017, p. 6, destaques no original).

No contexto da virada cultural, multiplicaram-se as abordagens que buscam ir além da materialidade na interpretação espacial. Isto se deu pelo fato dos geógrafos sociais radicais e humanistas apreenderem que, desenvolver estudos que abrangiam somente os aspectos materiais da cultura, acabava por tornar os trabalhos triviais, particularistas e socialmente irrelevantes (BENATTI, 2016). A crítica da chamada nova geografia cultural<sup>7</sup> à tradição saueriana centrou-se justamente

<sup>7</sup> Prolifera-se no seio da nova geografia cultural abordagens da paisagem com ênfase nos simbolismos, significados e intersubjetividade. As metáforas da paisagem se multipli-

naquilo que os autores consideravam como excessivo foco nos dados materiais da cultura (DUNCAN, 1980; JACKSON, 1989; DEMERITT, 1994), apesar de existirem àqueles que consideravam que estas críticas ao legado de Sauer eram injustas (PRICE; LEWIS, 1993a; 1993b). No livro *"Maps of Meaning"*, Peter Jackson (1989) analisa que a abordagem estritamente material da cultura havia se tornado antiquada, e que o posicionamento da cultura no centro da geografia humana está relacionado a esta superação de abordagens meramente descritivas sobre a paisagem e a cultura, que tinha como *modus operandi* do geógrafo o estabelecimento de um inventário de bens materiais. Entretanto, o entusiasmo com a transcendência da materialidade levou alguns autores a pregarem um idealismo radicalizado que negava qualquer objetividade e materialidade na análise geográfica. No interior desta crítica ao idealismo reside.

Para Barnett (2004), os argumentos identificados com a virada cultural são fortemente dependentes da crítica pós-modernista acerca das epistemologias totalizantes e essencialistas, das quais o marxismo – taxado de economicista, reducionista, determinista e baseado em classes – é um suspeito primário. Por outro lado, é comumente dito que a virada cultural marginalizou a geografia social e contribuiu para a perda de consistência política da disciplina (VALENTINE, 2001). É curioso pensar que o próprio debate que envolve as dimensões cultural e econômica no seio da geografia humana possui forte congruência com

---

caram, em tentativas claras de romper com a exclusividade da interpretação material do espaço geográfico. Destacam-se a paisagem como texto (ROWNTREE, 1986; 1988; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; BARNES; DUNCAN, 1992), intertexto (DUNCAN; DUNCAN, 1988; SILVA, 2021a), biografia (MEREDITH, 1985), teatro, espetáculo (COSGROVE, 1989) e cinema (LUKINBEAL, 2005). As metáforas encontram críticos, como Don Mitchell (1993), que falando sobre a abordagem da paisagem como um texto, argumenta que a capacidade desta metáfora em suprimir a dicotomia entre ideias e materialidade não é meritória. Mesmo com essas críticas, verifica-se uma tendência dominante na chamada nova geografia cultural em transcender a materialidade.

a discussão acerca do embate mente e matéria. A indissociabilidade desses duetos se apresenta como uma questão crucial na agenda da geografia; mesmo Don Mitchell (1995) em seu polêmico artigo que busca desconstruir a tangibilidade cultural, nos alerta acerca da necessidade de entrelaçar as ideias com a materialidade mundana (SILVA, 2021b).

A fenomenologia apresenta-se como um método, ou ainda – no campo metafórico da expressão – como lentes que nos servem a observar o espaço e que se apresentou como um esplêndido rival do neopositivismo que floresceu na geografia. A fenomenologia ataca premissas e métodos das ciências naturais, afinal, crê que na dimensão positivista “o mundo vivido infinitamente rico que liga a existência humana a uma variedade de atitudes é reduzido a um pobre sistema de significados ditados pelas convicções de um cientista” (RELPH, 1970, p. 195). *Ipsa facto*, torna-se claro que a fenomenologia se baseia na crença de que o conhecimento não existe independente do homem, mas que se produz e se acumula por meio da experiência humana no mundo (SEAMON, 2019). Em âmbito geográfico, a fenomenologia<sup>8</sup> pode prover contribuições para a compreensão da valorização subjetiva do espaço geográfico, e, portanto, de suas paisagens (STRACHULSKI, 2015) e dos seus lugares. Assim, a fenomenologia consiste em um método de investigação que advém da pura consciência, sem a pressuposição de um mundo físico apartado da mesma (WALMSLEY, 1974)<sup>9</sup>, respaldando os anseios

8 Husserl, M. Heidegger e M. Merleau-Ponty são nomes recorrentes que contribuem para a sustentação da abordagem fenomenológica na geografia. Além deles, é possível perceber a presença pontual de E. Cassirer, G. Bachelard e A. Schultz (MARANDOLA JR., 2020).

9 Dennis James Walmsley (1974) avaliou – em publicação que data da metade da década de 1970 – que a fenomenologia ainda era negligenciada na geografia. Apontou dentre as razões que justificariam a negligência em questão o apego de grandes nomes da geografia a uma forma positivista de fazer a pesquisa geográfica e ao fato dos auto-

anti-positivistas que se tornaram muito poderosos na segunda metade do século XX.

As críticas quanto à esterilidade social da abordagem fenomenológica são muito conhecidas, apesar de nem sempre serem justas. É desta lacuna que passaram a aludir a “pós-fenomenologia”, que teria como missão:

[...] problematizar aspectos não resolvidos pela fenomenologia, especialmente quando se pensa nas transformações sociais e nas novas formas de sociabilidade contemporânea, em contextos que não faziam parte do pensar daqueles filósofos, mas sem renunciar ao projeto fenomenológico (MARANDOLA JR., 2013, p. 58).

O debate proposto pela pós-fenomenologia, de certo modo, lembra os grandes temas debatidos pela nova geografia cultural, que tinha em sua agenda interesses com questões sociais, mas que não reproduziam o peso da materialidade trazida pela herança da leitura morfológica da paisagem advinda da escola de Berkeley. O foco dos novos *mainstreams* do período 1960-1980 na desconstrução e nas particularidades das identidades – tanto da filosofia como de outras disciplinas das humanidades –, foram pontos de críticas daqueles que consideravam as novas abordagens social e politicamente estéreis. Estas críticas foram direcionadas para a concepção da fenomenologia do mundo vivido (MCCOMARCK, 2017), que utilizou pressupostos da fenomenologia clássica para centrar-se nas relações entre homem e espaço. Reativa a estas críticas, a abordagem pós-fenomenológica sugere que o poder é inerente a quase todo espaço, visto que qualquer

---

res da filosofia que sustentam a discussão fenomenológica, como Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre não serem conhecidos profundamente pelos geógrafos. Certamente, desde a avaliação de Walmsley (1974), a abordagem fenomenológica cresceu e amadureceu na geografia, ainda que não se apresente dominante como *mainstream* analítico. Apesar disto, alguns autores até mesmo cogitam a dominância pós-positivista no seio da geografia atual (SIMANDAN, 2016).

dinâmica entre entidades – que gera diferenciação e distanciação espacial – quase sempre se apresenta desigual. Esta abordagem pós-fenomenológica da geografia questiona as relações entre a extensividade do espaço e a intensidade do poder (ASH, 2020, p. 7).

Cada paradigma tem sua forma de reagir às lacunas deixadas pela fenomenologia clássica quanto às relações de poder e questões sociais: os fenomenologistas críticos, assim como os pós-fenomenologistas, pregam a transcendência do sujeito<sup>10</sup>. Especificamente, os fenomenologistas críticos centram-se na interpretação do sujeito nas relações com os outros e no contexto das relações desiguais de poder. Os pós-fenomenologistas, por sua vez, ao desconstruírem o sujeito fenomenológico clássico, focam no fato de que os efeitos das diferenças de classe não podem ser analisados de maneira pré-estabelecida (KINKAID, 2021). Estas diferenças entre a fenomenologia crítica e a pós-fenomenologia parecem ser importantes de ser apontadas, afinal, as teorias não-representacionais estão engajadas, à *prima facie*, com pressupostos pós-fenomenológicos.

#### AS TEORIAS NÃO-REPRESENTACIONAIS

“Precisamos assumir a fluidez sujeito-objeto, ter bem claro os problemas do conhecimento em dois prismas: o teórico e o prático e não esquecer que conhecer o outro é conhecer a nós mesmos e ao mundo.”

Eduardo Marandola Jr. (2005b, p. 8)

“Se eu e o meu corpo somos um só, e o meu corpo sem dúvida faz parte da materialidade do mundo, então como que o corpo-que-sou se envolve com o mundo?”

Tim Ingold (2007, p. 4)

<sup>10</sup> No sentido aqui pregado, a transcendência do sujeito significa ir além da perspectiva do sujeito, considerando as relações que são estabelecidas entre o indivíduo e o mundo, incluído aquelas que envolvem atores humanos e não humanos.



“O espaço está internamente conectado com o ego e com o tempo. Lugar, tempo e ego compõem uma hélice tripla cujas espirais se projetam para fora promovendo o encontro pessoal do indivíduo com o mundo.”

Pauli Tapani Karjalainen (2012, p. 5)

No contexto da perspectiva pós-moderna aplicada aos trabalhos das ciências sociais, podemos falar de uma crise das representações (DUNCAN; SHARP, 1993). Neste âmbito, narrativas tornaram-se versões (WHITE, 1981; 1984; ANKERSMIT, 1998; 2001; 2010) e o papel do intelectual é confrontá-las e intermediá-las. Absorvendo pressupostos ligados à instabilidade dos significados advindos do pensamento pós-moderno, premissas do social construtivismo, teoria ator-rede (TAR), além de outras influências<sup>11</sup>, consolida-se a existência das teorias não-representacionais (TNR), que passaram a ser debatidas no final da década de 1990<sup>12</sup> no mundo anglófono<sup>13</sup> (SIMPSON, 2017; PAIVA, 2018) e que possuem, no âmbito da geografia brasileira, discussão incipiente. A abordagem das TNR tem tido destaque – notavelmente a partir dos primeiros anos do século XXI – principalmente no âmbito da geografia cultural (PAIVA, 2017).

<sup>11</sup> Certamente, as TNR possuem sólida sustentação advinda da geografia humana, congruindo com os campos de investigação dos estudos culturais e das humanidades como um todo; é um mosaico de ideias teóricas oriundas de subcampos específicos e que nela encontram convergência: estudos da cultura material, da ciência e tecnologia, filosofia continental, ecologia política, geografia cultural, ecologia antropológica, filosofia biológica, sociologia do corpo e das emoções, dentre outros (VANNINI, 2015). Isto ajuda a explicar o fato dos trabalhos identificados com as TNR apresentarem abordagens muito diferentes (SIMPSON, 2017).

<sup>12</sup> É importante considerar que as bases que sustentam os pressupostos das TNR são anteriores à sua consolidação (CADMAN, 2009).

<sup>13</sup> Para demonstrar o caráter recente da discussão, lembramos da revelação de Tim Cresswell (2012) que, assistindo a uma exposição de Nigel Thrift no final dos anos 1990 – ouviu pela primeira vez o termo não-representacional. Perguntando a Thrift após o evento a respeito do que se tratava o termo, ouviu uma rápida explicação e confessou que continuou sem entender o significado.

Expressas no plural, as TNR não consistem verdadeiramente em teorias, sendo a expressão melhor compreendida como formas de elaborar processos e práticas. Thrift (2000), no artigo “*Afterwords*” – trabalho que se tornou uma referência para os pesquisadores que flertam com a perspectiva aqui tratada –, acredita que as TNR são um estilo de pensar, podendo este ser referido como “não-representacionalista”. Paul Harrison (2007) argumenta que, na perspectiva das TNR, a representação é constitutivamente inadequada, à medida que é sempre estratégica e seletiva, mesmo quando não pretende ser. Por isso mesmo, a perspectiva das TNR é vista, em certa perspectiva, como crítica à nova geografia cultural, que, nos anos 1980 e 1990 “tendeu a conceber a paisagem somente em termos de representação e como um “modo de ver ideológico” (MACPHERSON, 2010, p. 6). Além disso, a abordagem das TNR, assim como outras que incluem a possibilidade da agência não-humana na análise geográfica, já apresentam em si uma diferença frente à nova geografia cultural (SOUZA JÚNIOR, 2021). Apesar desta oposição aparente às representações, é importante observar que o rótulo de “teorias não-representacionais” pode gerar um engano para quem se aventura em buscar a compreensão dos seus paradigmas. Isto se deve pelo fato da teoria defender a transcendência da representação, da compreensão do simbólico, e não uma negação ou exclusão, como o nome atribuído ao seu corpo de pensamento indica. Por isto, não seria absurdo considerar uma substituição da nomenclatura para “teorias mais-do-que-representacionais” (LORIMER, 2005).

Na perspectiva das TNR, o corpo e o ambiente que lhe provoca estímulos precisam ser analisados conjuntamente, numa relação que é, ao mesmo tempo, marcado pelo afeto e pela capacidade de afetar<sup>14</sup>. O termo “afeto” é o mais popular das TNR (BONDI, 2005). O

<sup>14</sup> Em uma lógica similar, Tim Ingold (2013, p. 12) analisa o processo de animização a partir do afeto: “a animização é o potencial dinâmico e transformativo de todo um campo de relações dentro do qual os seres de todos os tipos, mais ou menos pessoa ou coisa,

foco no afeto permite a ênfase na pré-cognição como um instrumento de sensação, imaginação e ação que alimenta os rituais do dia-a-dia. Por isso mesmo, um caminho importante para a pesquisa em TNR é o levantamento e a compreensão dos fluxos que permeiam a vida cotidiana (THRIFT, 2008; VANNINI, 2015). O significado do termo afeto permanece elusivo (THRIFT, 2000; 2004; SHOUSE, 2005), apesar de ser encontrado em diversos trabalhos geográficos que atuam a partir dos pressupostos das TNR (PILE, 2010). Ben Anderson (2017) reforça a elusividade do afeto ao asseverar que não há uma definição simples desta palavra na geografia ou em outras disciplinas. Em uma de suas compreensões, o afeto é entendido como um conjunto de variáveis que compõe a experiência cotidiana dos indivíduos e que se materializam por meio de práticas corporificadas (*embodied practices*), que passam, por sua vez, a serem manifestações do afeto que atingem outros corpos. Assim, nas TNR, é dada grande importância aos corpos, pois estes são os veículos do afeto e, conseqüentemente, seus subprodutos: paixões, emoções, intensidades e sentimentos (THRIFT, 2008).

A dimensão não-representacional do afeto se explica justamente pelo mesmo ser definido por meio de conteúdos conscientes e inconscientes, sendo expresso por intermédio de reações corpóreas autônomas (ANDERSON, 2017). Assim como as emoções, o afeto é relevante nas nossas relações cotidianas, não podendo ser demonstrado ou plenamente compreendido (PILE, 2010). Nesse sentido, o afeto pode estimular eventos que no ato de sua ocorrência expressam mais do que as suas causas aparentes. Estas expressões

---

geram a existência um do outro de forma contínua e recíproca". Nesse sentido trazido por Ingold (2013, p. 12), "ser" é uma condição relacional. Problematizando a condição do animista, Ingold afirma que a nossa experiência nos ensina que se não sabemos se uma coisa está viva ou não, é melhor apostar que está e se precaver. Portanto, "todos nós nos tornamos animistas enrustidos sem, obviamente, ter percebido".

são reanimadas e reinterpretadas indefinidamente ao sabor do tempo, podendo adquirir novas nuances incorporadas de forma voluntária ou involuntária pelo interlocutor afetivo. Assim, as representações sempre falham em relação ao afeto, pois este excede a fixidez e a contenção. Considerando que o afeto se manifesta na dialética "com" e "entre" corpos (*in-between bodies*), é possível elaborar que as atitudes ou "eventos" que aparentemente são causados por ações individuais possam impactar na coletividade. Além disso, tendo em conta a face subconsciente do afeto, devemos pontuar que trabalhos associados à perspectiva psicológica são bem-vindos nas TNR. Como poderíamos supor em uma abordagem pós-fenomenológica, a dimensão sócio-política também se faz presente: o afeto é consistentemente percebido como um meio de manipulação (BARNETT, 2008). Nigel Thrift (2004) argumenta que a descoberta de novos meios de praticar o afeto é também a descoberta de um novo meio de manipulação por parte dos poderosos. Um dos exemplos contemporâneos é a força afetiva das redes sociais.

Faz sentido pensar que, ao lado de afeto, outro conceito fundamental das TNR seja o de atuação (*performance*). Atores atuam nas novelas e nos teatros, mas outros indivíduos também atuam sem ter em mãos nenhum *script*. Atletas atuam correndo mais rápido ou golpeando mais fortemente; carros modernos atuam dirigindo com mais eficiência ou se adaptando às condições da estrada e, em outro exemplo, amantes atuam no prolongamento do intercurso sexual buscando agradar mais o parceiro (VANNINI, 2015). Afeto e performance são conceitos que precisam ser vistos em conexão, pois "as dinâmicas afetivas são vistas como dispositivos para que o corpo possa performar certas ações, incluindo o discurso" (HUTTA, 2015, p. 296).

Por tudo isso, tratar de teorias não-representacionais significa penetrar no domínio das redes. As relações existentes entre atores humanos e não humanos apresentam-se mais evidenciadas em determinados espaços, chamados na bibliografia de *assemblages* (CRESSWELL, 2017). John Allen (2012) pontua que muitas das relações que afetam atores são externas àquilo que é comumente identificado como *assemblage*. Em suas palavras: “a maneira pela qual os conjuntos se mantêm juntos sem realmente formar totalidades coerentes pode ser atribuída a uma geografia relacional que é, em parte, constituída de partes de outros lugares” (ALLEN, 2012, p. 192). Esta é outra forma de expressar aquilo que muitos autores tratam ao falar sobre a indissociabilidade entre local/global que permitiu a ascensão do termo glocalização (SWYNGEDOUW, 2004). Allen prossegue argumentando: “é precisamente por essa razão que o binarismo local/global tem tão pouca importância dentro das *assemblages* assim como a divisão entre macro e micro” (ALLEN, 2012, p. 193). A ideia das *assemblages* é positiva ao transmitir a noção da complexidade social irreduzível do mundo, tornando-se, assim, “alternativas às totalidades orgânicas ou estruturais postuladas pela ciência social clássica” (ESCOBAR, 2007, p. 107).

Incrementando mais um membro a esta família de conceitos que frequentam as pesquisas das TNR, apresentamos o conceito *affordances*<sup>15</sup>, que se refere às possibilidades de relação entre organismos e objetos que ocorrem por intermédio de estímulos dos segundos nos primeiros (PAIVA, 2017). *Affordances* designa “a qualidade de um objeto que convida e permite que se faça algo com ele” (INGOLD, 2012, p. 28). Parte-se da crença de que as pessoas podem agir sobre os objetos que as circundam e, então, “os objetos

<sup>15</sup>Tim Ingold (2012) argumenta que na literatura especializada, o termo *affordances* tem sido mantido em língua inglesa.

“agem de volta” e fazem com que elas façam ou permitem que elas alcancem aquilo que de outro modo não conseguiriam” (INGOLD, 2012, p. 33). A utilidade do conceito de *affordances* reside na interação entre atores humanos e não-humanos que é bastante explorada pelas TNR.

Existe uma pluralidade notável nas abordagens das TNR. Mesmo trabalhos que tem buscado abordar as interações entre agentes humanos e não-humanos têm apresentado formas distintas de método, ainda que a sugestão de Bruno Latour (1993) seja a de “seguir os atores” envolvidos em rede, o que significa buscar compreender o seu cotidiano e as formas de interação. Russell Hitchings (2003) seguiu as considerações de Latour e investigou as interações entre as plantas de jardins e as pessoas que com elas se relacionam. Hitchings apresentou um método que analisava os atores em cadeias afetivas: o afeto das pessoas nas plantas, o afeto das plantas nas pessoas e, por fim, a intermediação destes afetos, naquilo que chamou de “*chains of enrolment in the garden*” (HITCHINGS, 2003, p. 109). É importante perceber que estas cadeias não existem no seu estado puro, visto que se entrelaçam dialeticamente em um esquema similar à tração berqueniana. Existem grandes potencialidades de exploração das relações entre animais e homens, não somente envolvendo os animais de estimação, mas os múltiplos sentidos que se apresentam na domesticação e pastoreio de animais, vistos, dentre uma miríade de possibilidades, como oferta de proteção contra o frio e alimentação (LORIMER, 2006). Ben Anderson (2005) também seguiu as orientações de Latour ao estabelecer uma reflexão sobre gostos e julgamentos das pessoas. Assim como Hitchings, Anderson intermediou a narrativa do seu texto com os relatos de pessoas que serviram para endossar suas argumentações acerca da instabilidade das preferências. Gail Adams-Hutcheson (2019), por sua

vez, analisou as relações entre atores humanos e não-humanos; em uma abordagem original, argumentou que as geografias elementais (*elemental geographies*) são aquelas que investigam as relações entre as atividades humanas e as forças da natureza. Em seu artigo – de forma mais específica – centrou-se nas relações entre as condições da atmosfera e o comportamento humano. Adams-Hutcheson concentrou-se em fazendeiros neozelandeses da região de Waikato para compreender os efeitos das relações afetivas que envolvem estas *assemblages*. Entre seus resultados, concluiu que a classe dos fazendeiros é, geralmente, exposta a níveis de estresse muito altos devido à ansiedade quanto às questões climatológicas. O autor trouxe informações que apontam desordens de humor e ansiedade dos fazendeiros de Waikato acima da média nacional. De forma óbvia, sabe-se que as condições atmosféricas se associam diretamente aos resultados da agropecuária. O acompanhamento da previsão do tempo torna-se uma obsessão tão grande para os produtores do campo ao ponto de as diferenças entre milímetros de chuva poderem ser comemoradas ou lamentadas.

Na literatura anglófona, existem consideráveis exemplos nos últimos 20 anos de trabalhos que se enveredaram pelas TNR. No Brasil, estes exemplos são extremamente escassos, ainda que a TAR, mesmo que não dominante nas abordagens sociológicas, já tenha sido bastante explorada.

### IMPACTOS DAS TNR PARA A LEITURA DO ESPAÇO

Na discussão não-representacional, o mundo acaba sendo compreendido como um grande palco de interações que percorrem corpos, lugares e paisagens. Cada um dos personagens desta grande rede pode impactar, de forma mais ou menos notável,

na coletividade. Em contrapartida, o caráter elusivo da leitura da paisagem e o dinamismo das identidades que estão sempre em formação<sup>16</sup>, criam certas dificuldades para o pensar-agir social, pelo menos em suas abordagens tradicionais pautadas na ideia de classe e de interesses coletivos. Hannah Macpherson argumenta que uma saída para o caráter elusivo das identidades que marca o antiessencialismo das TNR é o “essencialismo estratégico” ou a “concretude bem situada” (MACPHERSON, 2011, p. 546). Com estas duas expressões, Macpherson alude ao fato de que existem certas características que podem ser agrupadas e pensadas socialmente, ainda que os indivíduos sejam – mesmo aqueles rotulados como pertencentes à mesma classe – muito distintos entre si. Macpherson (2011) alega que todos nós encontramos o problema de sermos instados a adotar procedimentos que nos posicionam como sujeitos capazes de penetrar no âmbito de certas áreas do debate político. Isto significa considerar, dentre outras situações, que generalizações essencialistas sejam necessárias para lidar com certos debates. Ao mesmo tempo, o autor alega que é difícil saber quando recusar estes procedimentos e manter a fidelidade frente a complexidade do mundo, marcada pela instabilidade e pela presença de identidades fragmentadas. A estratégia dele parece coincidir com os pressupostos da pós-fenomenologia.

O uso da palavra topologia é recorrente no debate sobre espaço e tempo relativos. O pensamento topológico carrega a promessa de uma teoria espacial pós-euclidiana e pós-cartesiana, ou seja, uma forma de pensar as relações, o espaço e o movimento além das grandezas métricas, mapeamentos e cálculos (ALLEN, 2011; PAASI, 2011; MARTIN; SECOR, 2014; SILVA; SILVA; COSTA, 2021). A pós-fenomenologia também tem na ideia de espaço relativo um de seus

<sup>16</sup> Ver Silva e Costa (2021) em “A identidade como uma quimera de lugares”.

pressupostos básicos<sup>17</sup>. Assim como as TAR e as TNR, a abordagem desta corrente considera que o espaço não pode ser entendido de forma reificada, como um todo coerente (ASH, 2020). As diferentes assimetrias de poder constroem concepções distintas sobre “o que é próximo” e “o que é distante”, distorcendo plasticamente o espaço e permitindo que falemos em topologias espaciais. No âmbito da pós-fenomenologia, a diferença para a TAR e as TNR é melhor percebida no foco dado às desigualdades e assimetrias de poder como força motriz da distorção espaço-tempo. Assim, “a pós-fenomenologia busca entender como todos os tipos de entidades” (incluindo agentes não-humanos, “aparentemente inconsequentes, mas que produzem espaços que possibilitam, articulam e ampliam as desigualdades” (ASH, 2020, p. 10).

David Crouch (2017) assevera que: “o espaço é relacional, subjetivo e pessoal” e apresenta-se como “um relativo produto de inter-relações conectado por meio de identidades e entidades que o provém de direções, escalas, sentidos, limites e diferença” (CROUCH, 2017, p. 4). Faz sentido pensar que as interpretações das paisagens e lugares são guiadas por experiências que foram realizadas fora delas (SILVA; COSTA, 2022). Nesta perspectiva espacial plástica, ao invés de pensarmos em termos de superfícies – com duas dimensões – ou esferas – com três dimensões – somos estimulados a pensar em termos dos nós que articulam as redes e que possuem tantas dimensões quanto possuem conexões. Assim, as redes não podem ser descritas sem que reconheçamos suas complexas e difusas capilaridades, que não são acolhidas pelas noções trazidas pelos conceitos de nível, camada, esfera, categoria e estrutura (LATOUR, 1996). Fica claro que

<sup>17</sup> Considerando o foco no espaço relativo e nas desigualdades que alimentam a pluralidade de percepções que sustentam a relatividade do espaço, a pós-fenomenologia se preocupa tanto com a geografia fenomenológica quanto a relacional (ASH, 2020).

na perspectiva das TNR – assim como ocorre com a teoria ator-rede – o espaço relacional não é simétrico frente ao espaço cartesiano, o que nos permite refletir topologicamente.

É importante considerar que, apesar da leitura do espaço ser construída por meio das relações entre atores, abre-se a perspectiva dos particularismos: devemos considerar a posição do ator em meio a rede para compreendermos a excepcionalidade da perspectiva afetiva e, *ipso facto*, das leituras plurais acerca do espaço, paisagem e lugares. O suporte pós-fenomenológico permite-nos conceber que as relações sociais guiam nossos percursos; em outras palavras, é no seio das amplas relações coletivas que são desenhadas as particularidades da identidade.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das teorias não-representacionais já ocorrerem de forma consolidada desde o início deste milênio na literatura acadêmica estrangeira, no Brasil, a discussão é inicial. Faltam trabalhos seminais que ajudem a expandir e propagar os fundamentos da corrente. Todavia, as reflexões sobre o não-representacional já vêm ocorrendo, como se observa em relação às críticas feitas quanto a capacidade das representações visuais conseguirem representar a realidade. Em algumas dessas abordagens certos fundamentos da nova geografia cultural parecem estar presentes, já que as representações são vistas como possibilidades de serem apropriadas por agentes poderosos como formas de manutenção do *status quo* político. É possível ver tais alinhamentos no trabalho que explorou imagens dominantes que são perpetuadas sobre a Chapada Diamantina (QUEIROZ, 2010) em um processo de invenções de paisagens (QUEIROZ, 2007). Destaca-se também a crítica quanto a imposição de filmes

(OLIVEIRA JUNIOR, 2009) e mapas de uma cartografia convencional (OLIVEIRA JUNIOR, 2010) como pretensões de dimensionar o real. Certamente, a teorização sobre as TNR não solapa as iniciativas anteriores; diferentemente, seu corpo teórico dotado de densa epistemologia está à disposição de organizar não somente a desconstrução das representações, mas as relações em rede entre os homens e os elementos não humanos, que guiam, por sua vez, o âmbito afetivo e performativo.

Concluimos assim que as TNR impactam notavelmente na forma de leitura que fazemos do espaço: a corrente em questão tem como pressuposto o fato de que o espaço, a paisagem e o lugar não se constituem como meras representações; seria, ao invés disso, processos vivos (CAROLAN, 2008), construídos por meio de relações entre atores humanos e não-humanos. As relações em rede não impactam somente na materialidade mundana, mas na perspectiva afetiva, interferindo nas nossas elaborações mentais e, por consequência, nas nossas ações/performances. Este caráter dialético se assemelha à concepção de Augustin Berque (2017) acerca das trajetões.

No âmbito teórico, as TNR apresentam pressupostos capazes de intermediar a materialidade do essencialismo e a dimensão imaginativa do idealismo. Neste particular, prolonga a crítica quanto ao rigor (neo) positivista ao mesmo tempo que atende as críticas quanto à suposta esterilidade político-social da fenomenologia clássica. Desta forma, fundamenta seus pressupostos na pós-fenomenologia, ainda que possamos considerar variações nas suas abordagens, comuns a um campo do conhecimento marcado por uma pletora de influências. Dotada de um vocabulário que se apropria de conceitos como afeto, *assemblages*, *performances* e *affordances*, as TNR, como já foi dito, se baseiam nas relações em rede. Apesar disto, as TNR não nos conduzem

às abordagens reificadas do espaço, visto que as posições relativas das individualidades em meio ao tiroteio afetivo é uma das forças que explicam a excepcionalidade das identidades e, por consequência, das distintas percepções quanto ao espaço. É justamente esta excepcionalidade que nos permite falar sobre os espaços relativos; estes ajustam as suas formas ao sabor das nossas experiências. ☉

## REFERÊNCIAS

- ADAMS-HUTCHESON, Gail. Farming in the troposphere: drawing together affective atmospheres and elemental geographies. **Social & Cultural Geography**, v. 20, i. 7, p. 1004-1023, 2019.
- AGNEW, John. Regions on the mind does not equal regions of the mind. **Progress in Human Geography**, v. 23, i. 1, p. 91-96, 1999.
- AGNEW, John. Arguing with regions. **Regional Studies**, v. 47, n. 1, p. 6-17, 2013.
- ALLEN, John. Horizons of the sublime: the invention of the romantic West. **Journal of Historical Geography**, v. 18, n. 1, p. 27-40, 1992.
- ALLEN, John. Topological twists: Power's shifting geographies. **Dialogues in Human Geography**, v. 1, n. 3, p. 283-298, 2011.
- ALLEN, John. A more than relational geography? **Dialogues in Human Geography**, v. 2, n. 2, p. 190-193, 2012.
- ANDERSON, Ben. Practices of judgement and domestic geographies of affect. **Social & Cultural Geography**, v. 6, n. 5, p. 645-659, 2005.
- ANDERSON, Ben. Affect. In: **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, 2017. p. 1-3.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Hayden White's appeal to the historians. **History & Theory**, v. 37, i. 2, p. 182-193, 1998.

Teorias Não-Representacionais e Geografia: reflexões e perspectivas  
Leonardo Luiz Silveira da Silva, Alfredo Costa

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, p. 113-135, 2001.

ANKERSMIT, Frankiln Rudolf. Truth in History and Literature. **Narrative**, v. 18, n. 1, p. 29-50, 2010.

ASH, James. Post-Phenomenology and space: A geography of comprehension, form and power. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 45, i. 1, p. 181-193, 2020.

BALE, John. Mapping Vernacular Regions in the Classroom. **Journal of Geography**, v. 82, n. 6, p. 274-276, 1983.

BARNES, Trevor J; DUNCAN, James S. **Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape**. London and New York: Routledge, p. 81-110, 1992.

BARNETT, Clive. A critique of cultural turn. In: DUNCAN, James S.; JOHNSON, Nuala C.; SCHEIN, Richard H. (Eds.). **A companion to cultural geography**. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

BARNETT, Clive. Political affects in public space: normative blind-spots in now-representational ontologies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 33, n. 2, p. 186-200, 2008.

BENATTI, Camila. A geografia cultural: das concepções clássicas às novas tendências e dinâmicas na contemporaneidade. **Geosaberes**, v. 7, n. 13, p. 2-11, 2016.

BERQUE, Augustin. The Question of Space: from Heidegger to Watsuji. **Ecumene**, v. 3, n. 4, p. 373-383, 1996.

BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v. 2, n. 1, p. 4-12, 2012.

BERQUE, Augustin. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v. 7, n. 2, p. 4-16, 2017.

BONDI, Liz. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, n. 4, p. 433-448, 2005.

BUTTNER, Anne. Geography, Humanism, and Global Concern. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 80, n. 1, p. 1-33, 1990.

CADMAN, Louisa. Nonrepresentational Theory/Nonrepresentational Geographies. In: KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (Eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, 2009. p. 456-463.

CAMPBELL, Craig S. The Second Nature of Geography: Hartshorne as Humanist. **Professional Geographer**, v. 46, n. 4, p. 411-417, 1994.

CAPEL, Horácio. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. In: CAPEL, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: Eduem, 2013.

CAROLAN, Michael S. More-than-Representational knowledge/s of the Countryside: How We Think as Bodies. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n. 4, p. 408-422, 2008.

CLAVAL, Paul. The cultural approach and geography – the perspective of communication. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, v. 55, n. 3, p. 126-137, 2001.

CORRÊA, Jhonatan Silva. Geografia Cultural: uma breve história. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 6, n. 1, p. 9-23, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Sobre Carl Sauer: uma introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

COSGROVE, Denis. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **The Canadian Geographer**, v. XXII, n. 1, p. 66-72, 1978.

COSGROVE, Denis. Towards a radical cultural geography: problems of theory. **Antipode**, v. 5, i. 1, p. 1-11, 1983.

COSGROVE, Denis. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v. 15, n. 3, p. 1-6, 1990.

Teorias Não-Representacionais e Geografia: reflexões e perspectivas  
Leonardo Luiz Silveira da Silva, Alfredo Costa

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v. 19, n. 2, p. 95-101, 1987.

COSGROVE, Denis. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. **Progress in Human Geography**, v. 13, i. 4, p. 566-575, 1989.

CRESSWELL, Tim. Review essay Nonrepresentational theory and me: notes of an interested sceptic. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v. 30, i. 1, p. 96-105, 2012.

CRESSWELL, Tim. Towards Topopoetics: Space, Place and the Poem. **Springer**, v. 5, p. 319-331, 2017.

CROUCH, David. Bricolage, poetics, spacing. **Humanities**, v. 6, n. 95, p. 1-7, 2017.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEMERRITT, David. The nature of metaphors in cultural geography and environmental history. **Progress in Human Geography**, v. 18, i. 2, p. 163-185, 1994.

DUNCAN, James. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.

DUNCAN, James. Commentary. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 3, p. 517-519, 1993.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D**, v. 6, p. 117-126, 1988.

DUNCAN, Nancy; SHARP, Joanne P. Confronting representation(s). **Environmental and Planning D**, v. 11, i. 4, p. 473-486, 1993.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 4, p. 615-632, 1976.

ESCOBAR, Arturo. The "ontological turn" in social theory. A Commentary on "Human geography without scale" by Sallie Marston, John Paul Jones II and Keith Woodward. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 32, n. 1, p. 106-11, 2007.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GREGORY, Derek. Rethinking Historical Geography. **Area**, v. 8, n. 4, p. 295-299, 1976.

HARRISON, Paul. "How shall I say it...?" Relating the nonrelational. **Environmental and Planning A**, v. 39, i. 3, p. 590-608, 2007.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

HARVEY, David. Monument and Myth. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 69, n. 3, p. 362-381, 1979.

HARVEY, David. **Explanation in Geography**. Bristol: Edward Arnold, 1986.

HEATWOLE, Charles A. The Bible Belt: A problem in regional definition. **Journal of Geography**, v. 77, n. 2, p. 50-55, 1978.

HITCHINGS, Russell. People, plants and performance: on actor network theory and the material pleasures of the private garden. **Social & Cultural Geography**, v. 4, n. 1, p. 99-114, 2003.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Rio de Janeiro: **Revista Território**, Ano II, n. 3, p. 77-85, 1997.

HOLZER, Werther. Teias de memórias: sítios, lugares, arquitetura, paisagens, cidades e espaços geográficos. **Geograficidade**, v. 10, n. especial, p. 117-151, 2020.

HUTTA, Jan Simon. The affective life of semiotics. **Geographica Helvetica**, v. 70, i. 4, p. 295-309, 2015.



Teorias Não-Representacionais e Geografia: reflexões e perspectivas  
Leonardo Luiz Silveira da Silva, Alfredo Costa

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

INGOLD, Tim. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v. 14, i. 1, p. 1-16, 2007.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos em um mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, Tim. Repensando o animado, animando o pensamento. **Espaço Ameríndio**, v. 7, n. 2, p. 10-25, 2013.

JACKSON, Peter. **Maps of Meaning**. London and New York: Routledge, 1989.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e Geógrafos**. São Paulo: Difel, 1986.

KARJALAINEN, Pauli Tapani. Lugar em Urwind: uma visão geográfica humanista. **Geograficidade**, v. 2, n. 2, p. 4-22, 2012.

KINKAID, Eden. Is post-phenomenology a critical geography? Subjectivity and difference in post-phenomenological geographies. **Progress in Human Geography**, v. 45, i. 2, p. 298-316, 2021.

LATOUR, Bruno. **We have never been modern**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. **Soziale Welt**, v. 47, i. 4, p. 369-381, 1996.

LEY, David. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 5, i. 2, p. 249-257, 1981.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being "more-than-representational". **Progress in Human Geography**, v. 29, i. 1, p. 83-94, 2005.

LORIMER, Hayden. Herding Memories of humans and animals. **Environment and Planning D**, v. 24, p. 497-518, 2006.

LUKINBEAL, Chris. Cinematic Landscapes. **Journal of Cultural Geography**, v. 23, n. 1, p. 3-22, 2005.

MACPHERSON, Hannah. Non-Representational Approaches to Body-Landscape Relations. **Geography Compass**, v. 4, n. 1, p. 1-13, 2010.

MACPHERSON, Hannah. Navigation a non-representational research landscape and representing "under-represented groups": from complexity to strategic essentialism (and back). **Social & Cultural Geography**, v. 12, n. 6, p. 544-548, 2011.

MALPAS, Jeff. Retrieving Truth: Modernism, Post-Modernism and The Problem of the Truth. **Soundings: an Interdisciplinary Journal**, v. 75, n. 2/3, p. 287-306, 1992.

MARANDOLA JR., Eduardo. Humanismo e a abordagem cultural em geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-419, 2005a.

MARANDOLA JR., Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, ano 21, v. 2, n. 25, p. 67-79, 2005b.

MARANDOLA JR., Eduardo. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 49-64, 2013.

MARANDOLA JR. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, v. 7, p. 7-17, 2017.

MARANDOLA JR., Eduardo. Na fissura do presente. **Geograficidade**, v. 10, n. especial, p. 48-72, 2020.

MARTIN, Lauren; SECOR, Anna J. Towards a post-mathematical topology. **Progress in Human Geography**, v. 38, i. 3, p. 420-438, 2014.

MAY, J. Algumas Observações sobre a filosofia implícita de Carl Sauer. In: Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny (Orgs.). **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 97-130, 2011.

MCCOMARCK, Derek P. The circumstances of post-phenomenological life worlds. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, i. 1, p. 2-13, 2017.

Teorias Não-Representacionais e Geografia: reflexões e perspectivas  
Leonardo Luiz Silveira da Silva, Alfredo Costa

MEINIG, Donald W. Geography as an art. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 8, n. 3, p. 314-328, 1983.

MEREDITH, T. The upper Columbia valley, 1900-1920: an assessment of "boosterism" and the "biography of landscape". **Canadian Geographer**, n. 29, p. 44-55, 1985.

MIKESELL, Marvin W. Tradition and innovation in cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 68, n. 1, p. 1-16, 1978.

MITCHELL, Don. Review of Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape, by T. J. Barnes and J. S. Duncan. **Professional Geographer**, v. 4, p. 474-475, 1993.

MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 20, n. 1, p. 102-116, 1995.

MUIR, Richard. Reading the landscape, rejecting the present. **Landscape Research**, v. 23, n. 1, p. 71-82, 1998.

OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de. Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores. **Pró-posições**, v. 20, n. 3, p. 17-28, 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de. Vídeos, resistências e geografias menores: linguagens e maneiras contemporâneas de resistir. **Terra Livre**, ano 26, v. 1, n. 34, p. 161-176, 2010.

PAASI, Anssi. Geography, space and the re-emergence of topological thinking. **Dialogues in Human Geography**, v. 1, n. 3, p. 299-303, 2011.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n. 106, p. 159-168, 2017.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n. 107, p. 159-168, 2018.

PEDROSA, Breno Viotto. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura**, n. 39, p. 31-58, 2016.

PENN, Mischa; LUKERMANN, Fred. Corologia e paisagem: uma leitura internalista de "A Morfologia da Paisagem". In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

PILE, Steven. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 35, n. 1, p. 5-20, 2010.

PRICE, Marie; LEWIS, Martin. The Reinvention of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 1, p. 1-17, 1993a.

PRICE, Marie; LEWIS, Martin. Reply: On Reading Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 3, p. 520-522, 1993b.

QUEIROZ FILHO, Antônio Carlos. Saboreando o espaço, inventando paisagens. **Paisagens em Debate**, n. 5, p. 1-8, 2007.

QUEIROZ FILHO, Antônio Carlos. A edição dos lugares: sobre as fotografias e a política espacial das imagens. **Educação Temática Digital**, v. 11, n. 2, p. 33-53, 2010.

RELPH, Edward. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. **The Canadian Geographer**, v. 14, i. 3, p. 193-201, 1970.

ROSE, Emma. Encountering Place: A psychoanalytic approach for understanding how therapeutic landscape benefit health and wellbeing. **Health & Place**, v. 18, p. 1381-1387, 2012.

ROWNTREE, Lester. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 10, n. 4, p. 580-586, 1986.

ROWNTREE, Lester. Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 12, n. 4, p. 575-586, 1988.

Teorias Não-Representacionais e Geografia: reflexões e perspectivas  
Leonardo Luiz Silveira da Silva, Alfredo Costa

SASAKI, Karen. A contribuição da Geografia Humanística para a compreensão do conceito de identidade do lugar. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XIII, n. 22, p. 112-120, 2010.

SACK, Robert David. Geography, Geometry and Explanation. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 62, i. 1, p. 61-78, 1972.

SACK, Robert David. Chorology and Spatial Analysis. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 64, i. 3, p. 439-452, 1974.

SAUER, Carl. The morphology of landscape. In: OAKES, Timothy S; PRICE, Patricia L. (Eds.). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008.

SCHAEFER, Fred K. Excepcionalism in Geography: A methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 43, n. 3, p. 226-249, 1953.

SEAMON, David. Uma maneira de ver as pessoas e o lugar: a fenomenologia na pesquisa do comportamento ambiental. **Geograficidade**, v. 9, n. 1, p. 4-28, 2019.

SHOUSE, Eric. Feeling, emotion, affect. **M/C Journal**, n.6, v.8, w/o pages, 2005.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v. 10, n. 2, p. 25-47, 2020.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Paisagem entre textos e intertextos. **Tamoios**, v. 17, n. 21, p. 129-147, 2021a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. **Geographia**, v. 23, n. 50, p. 1-13, 2021b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp**, v. 24, n. 3, p. 533-546, 2020.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. As identidades como uma quimera de lugares. **Revista da Anpege**, v. 17, n. 34, p. 50-54, 2022.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A presença da ausência: um paradoxo geográfico. **Geosp**, v. 26, n. 2, p. 1-21, 2022.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; SILVA, Larissa Santos Rocha da; COSTA, Alfredo. Os períodos do espaço relativo. In: MARTINS, Fernanda Pereira; PEDROSO, Leonardo Batista, COSTA, Rildo Aparecido (Orgs.). **Espaço Geográfico: diversidade temática e metodológica**. Ituiutaba: Zion, 2021. p. 18-34.

SIMANDAN, Dragos. Proximity, subjectivity, and space: Rethinking distance in human geography. **Geoforum**, v. 75, p. 249-252, 2016.

SIMPSON, Paul. Nonrepresentational theory. In: RICHARDSON, Douglas (Editor) **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, 2017. p. 1-4.

SMITH, Neil. Geography, Science and post-positivist modes of explanation. **Progress in Human Geography**, v. 3, i. 3, p. 356-383, 1979.

SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes. Geografias culturais mais-que-humanas rumo ao coabitar na Terra. **Mercator**, v. 20, p. 1-10, 2021.

STRACHULSKI, Juliano. O percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica e perspectivas atuais. **Revista Sapiência**, v. 4, n. 2, p. 3-33, 2015.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or “glocalisation”? Networks, territories and rescaling. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 17, i. 1, p. 25-48, 2004.

THRIFT, Nigel. Afterwords. **Environmental and Planning D**, v. 18, i. 2, p. 213-255, 2000.

THRIFT, Nigel. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v. 86, i. 1, p. 57-78, 2004.

THRIFT, Nigel. **Non-representational theory**: Space/politics/affect. London: Routledge, 2008.

Teorias Não-Representacionais e Geografia: reflexões e perspectivas  
Leonardo Luiz Silveira da Silva, Alfredo Costa

TUAN, Yi-Fu. **Romantic Geography**: in search of the sublime landscape. Madison: Wisconsin University Press, 2013.

VALENTINE, Gill. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, v. 55, p. 166-172, 2001.

VANNINI, Phillip. Non-Representational Research Methodologies: An Introduction. In: VANNINI, Phillip. **Non-Representational Methodologies**: Re-Envisioning Research. New York: Routledge, p. 1-18, 2015.

WALMSLEY, Dennis James. Positivism and phenomenology in human geography. **The Canadian Geographer**, v. 18, n. 2, p. 95-107, 1974.

WHITE, Hayden. The narrativization of Real Events. **Critical Inquiry**, v. 7, n. 4, p. 793-798, 1981.

WHITE, Hayden. The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory. **History and Theory**, v. 23, n. 1, p. 1-33, 1984.

WILCOCK, A. A. Region and Period. **Australian Geographer**, v. 6, n. 3, p. 39-40, 1954.

WISHART, David. Period and region. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 3, p. 305-319, 2004.

WRIGHT, John Kirtland. Terrae Incognitae: O lugar da imaginação na Geografia. **Geograficidade**, v. 4, n. 2, p. 4-18, 2014.

Submetido em julho de 2021.

Revisado em novembro de 2021.

Aceito em janeiro de 2022.